

UMA ANÁLISE DA INTERSECÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E A PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES DO CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS DA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UEM/CRV

Gabriela da Silva Viana (PIBIC/CNPq/FA/Uem), Marcos Vinicius Francisco (Orientador), e-mail: gabiviana1704@gmail.com

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências da Saúde/Ivaiporã, PR.

Ciências da Saúde/Educação Física

Palavras-chave: Assistência Estudantil, Formação de professores, Educação Física.

Resumo:

A Política de Assistência Estudantil (PAE) tem se consolidado como um importante mecanismo para a permanência de jovens no Ensino Superior, sobretudo daqueles/as que se encontram em condição de vulnerabilidade socioeconômica. Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar a PAE da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e sua intersecção no processo de formação inicial de estudantes do curso de Licenciatura em Educação Física do Campus Regional do Vale do Ivaí (CRV). A investigação assenta-se nos pressupostos do materialismo histórico-dialético, tendo como recurso metodológico a análise documental. Foram analisados documentos oficiais, tais como resoluções, boletins informativos e os editais para inscrição em programas de auxílio aos/às estudantes. Os resultados revelaram que os programas de assistência existentes no CRV colaboraram para a permanência dos/as estudantes no curso, todavia há que se assegurar a totalidade das dimensões presentes na PAE da UEM, sobretudo porque ela ainda é parcial.

Introdução

As políticas de assistência estudantis vêm sendo utilizadas na expectativa de garantir a permanência e conclusão de curso dos/as estudantes no Ensino Superior, que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por meio de serviços relativos à alimentação, transporte, moradia, dentre outros (CASTILHO, 2019).

Nessa perspectiva, a Universidade Estadual de Maringá (UEM) regulamentou suas ações, a partir da criação da Política de Apoio e Permanência dos Estudantes, em 2018, por meio da Resolução n.º 019/2018 (UEM, 2018a).

É válido ressaltar que devido às condições socioeconômicas de estudantes da Educação Superior, sobretudo de cursos de licenciatura, muitos/as evadem. Nesse íterim, os/as estudantes que obtêm auxílios estudantis tendem a concluir os cursos, além de superarem as defasagens relacionadas ao processo de aprendizagem, sobretudo porque são materializadas possibilidades para se dedicarem integralmente aos estudos. (FERREIRA; BARROS, 2018; SILVA; FRANCO, 2014).

Nesse sentido, a partir da vivência desta realidade no curso integral de licenciatura em Educação Física da UEM, Campus Regional do Vale do Ivaí (UEM/CRV), assumem-se como problemáticas centrais desta investigação os seguintes questionamentos: quais fundamentos balizam a PAE da UEM? Ela contempla todos/as aqueles/as que dela necessitam? Qual o índice de evasão do curso de licenciatura em Educação Física? Os/As evadidos/as, em algum momento, solicitaram e concorreram a editais ligados à PAE?

Justificou-se a presente pesquisa diante do avanço da criação de Programas de Assistência Estudantil nas universidades públicas, que, no entanto, sofrem pela falta de uma Política Pública que apoie de forma efetiva e garanta à inclusão de estudantes pertencentes à classe trabalhadora, nessas instituições. Por conseguinte, constitui-se como importantes dimensões analisar uma realidade que se encontra localizada em uma das regiões mais pobres, conforme os dados da Taxa de Pobreza nas Comarcas do Estado do Paraná (PARANÁ, 2011), e ainda, trazer à tona a realidade de um contexto ainda não investigado, em relação aos impactos da PAE. Mediante tais aspectos, assumiu-se como objetivo geral: Analisar a PAE da UEM e sua intersecção no processo de formação inicial de estudantes do curso de Licenciatura em Educação Física do CRV.

Materiais e métodos

Esta pesquisa de caráter documental está alicerçada nos pressupostos do método do materialismo histórico-dialético. Foram analisados documentos oficiais, tais como decretos, resoluções, editais para inscrição em programas de auxílio aos/às estudantes e boletins informativos disponibilizados no site da UEM, bem como o perfil dos/as candidatos/as que se inscreveram nos processos de seleção referente ao período de 2018-2020 e os/as selecionados/as para a concessão de auxílios.

Resultados e Discussão

Os resultados revelaram que a regulamentação da Assistência Estudantil, na UEM, foi impulsionada pelo movimento estudantil e pelo Programa Integrado de Ação Social (PROAÇÃO). Apesar de, na prática, existirem ações de assistência, foi somente em 30 de julho de 2018 que foi criada a Política de Apoio e Permanência dos Estudantes, por meio da Resolução nº 019/2018, contemplando as seguintes áreas: moradia, transporte, acessibilidade, promoção da saúde, alimentação, cultura e inclusão (UEM, 2018a).

Entretanto, dentre os aspectos supracitados e preconizados na resolução, somente a questão da alimentação e da inclusão, tomaram rumos efetivos na Universidade e, especificamente, na localidade investigada, qual seja o CRV. As demais dimensões não englobaram políticas efetivas, somente iniciativas formais ou informais, ou ainda não tiveram seus projetos finalizados, como é o caso da moradia estudantil no campus sede.

A partir da regulamentação da PAE, no mesmo ano, foi criado o auxílio alimentação. Em 2019, foram abertos os editais para a concessão, sendo que oito (08) alunos/as do CRV foram selecionados/as. Todos/as estudantes vinculados/as ao curso integral de licenciatura em Educação Física.

Neste mesmo ano, do total de ingressantes (15 estudantes), seis (06) (40,00%) permaneceram no curso ao final do ano letivo de 2020, ou seja, após dois anos de curso. Os dados revelaram ainda que, dos ingressantes em 2019, duas (02) estudantes foram beneficiárias do auxílio alimentação naquele ano, recebendo refeições gratuitas nos dias úteis e quatro (04) discentes adquiriram a refeição com desconto, pelo valor de R\$ 4,00, sendo o restante subsidiado pela UEM. Além disso, cinco (05) estudantes tiveram algum tipo de bolsa, não ligada à PAE, ao longo dos anos cursados.

Quanto aos/às ingressantes no ano letivo de 2020 (23 discentes), permaneceram no curso, até o final do ano letivo, apenas um total de oito (08) alunos/as (34,78%). Pode-se constatar que nenhum deles obteve benefícios ligado à PAE, no entanto, dois (02) discentes usufruirão de bolsa de iniciação científica e de extensão no ano letivo de 2021. Vale apontar, que o auxílio alimentação não foi disponibilizado para o ano letivo de 2020, tendo em vista o Ensino Remoto Emergencial (ERE).

É necessário frisar que, do total de oito (08) beneficiários do auxílio alimentação, ligado à PAE, seis (06) se encontram regularmente matriculados/as para o início do ano letivo de 2021.

A inclusão digital foi colocada em prática no segundo semestre do ano de 2020 em razão da Pandemia do coronavírus. Porém, estudantes de Educação Física não constam como beneficiários/as nos resultados publicados pela Pró-Reitoria de Ensino (PEN), somente discentes dos outros cursos do campus.

Como observado, a realidade da evasão estudantil demonstra as dificuldades que os/as estudantes possuem a fim de se manterem matriculados/as num curso que demanda gastos para permanência integral no campus ou ainda para o deslocamento daqueles/as que advêm de contextos mais longínquos. Por fim, tais dados revelam que há um longo caminho a se percorrer a fim de garantir a permanência efetiva nesses espaços.

Conclusões

No CRV/UEM a PAE se faz presente de maneira parcial. Citam-se, ainda, as demais bolsas, que mesmo não estando ligadas ao PAE, também contribuíram para a permanência dos/as alunos/as desfavorecidos/as economicamente. Todavia, como mencionado, tais benefícios e bolsas não

abrangem a totalidade dos aspectos necessários ao desenvolvimento humano, além de não atender todos/as os/as estudantes. Além disso, evidenciou-se a importância da criação de uma política estadual de assistência estudantil e de espaços para o debate acerca da PAE nos campi regionais da UEM, visto que cada um possui suas particularidades. Por fim, defende-se a resistência e reivindicação coletivas para a superação das desigualdades, a fim de contemplar todos/as aqueles/as que necessitarem de algum tipo de assistência estudantil.

Agradecimentos

Agradeço ao CNPq e a UEM pelo apoio à iniciação científica e ao meu orientador, Prof. Dr. Marcos Vinicius Francisco por todo suporte ao desenvolvimento da pesquisa.

Referências

CASTILHO, D. G. **A política de assistência estudantil do IFSP - Câmpus Birigui e a desigualdade social: necessidades e contradições**. 2019. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente-SP, 2019.

FERREIRA, L.; BARROS, R. M. O. Uma análise do discurso do aluno trabalhador acerca de sua evasão: caso específico do curso de Matemática da UEM. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, e171043, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100109&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 Abr. 2020.

PARANÁ (Estado). **Taxa de pobreza - por ordem crescente** - comarcas do estado do Paraná e suas entrâncias. Ministério Público do Paraná: Subprocuradoria-Geral de Justiça para assuntos de planejamento institucional. 2011. Disponível em: <http://www.planejamento.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=2454>. Acesso em: 15 abr. 2020.

SILVA, M. B. S.; FRANCO, V. S. Estudio sobre la evasión en el curso de física de la Universidad Estatal de Maringá: modalidad presencial versus modalidad a distancia. **Associação Brasileira de Educação a Distância**, v. 13, p. 385-410, 2014. Disponível em: <http://seer.abed.net.br/index.php/RBAAD/article/view/260>. Acesso em: 05 ago. 2021.

UEM. **Resolução nº 019/2018 de 30 de julho de 2018**. Aprova a Política Institucional de Apoio e Permanência dos Estudantes na Universidade Estadual de Maringá. 2018a.